

A Universidade no Brasil: concepções e modelos

2ª edição

Organizador Geral da Edição e Presidente da Direção Editorial:
Marilia Costa Morosini (PUC-RS)

Direção Editorial:
Afrânio Mendes Catani (USP)
Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS)
Stella Maria Meneguel (Furb)
Valdemar Sguissardi (UFSCar/Unimep)

Brasília-DF



GT Política de Educação Superior/Anped
2011

CAPÍTULO 9

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): UM MODELO DE UNIVERSIDADE *MULTICAMPI* PARA A AMAZÔNIA

*Arlete Camargo
Luciene Medeiros
Olgaíses Maués
Vera Jacob Chaves*

Apresentação

A Universidade Federal do Pará, a primeira instituição dessa natureza criada na Amazônia brasileira, simboliza o esforço reunido desde o início do século XX para que a região pudesse ter uma instituição de educação superior que representasse os anseios e as especificidades desse “pedaço” do Brasil.

Vários foram os fatores que culminaram com a sua criação. Após já terem sido implantadas a Faculdade Livre de Direito em 1902, a Escola de Farmácia em 1904, a Escola Livre de Odontologia em 1914, a Escola de Agronomia e Veterinária em 1918 e a Faculdade de Medicina em 1919, ainda não se tinha reunido as condições necessárias para a criação de uma Universidade. É evidente que todas essas ações contribuíram decisivamente para o surgimento, na década de 1950, do que hoje é a Universidade Federal do Pará.

O objetivo deste texto é fazer uma breve retrospectiva histórica do surgimento dessa instituição, buscando analisar o contexto político e social que serviu de moldura para que a UFPA desenhasse o seu perfil. Para tanto, em um primeiro momento serão analisados os primórdios da instituição e o seu crescimento, que ocorre em um momento de turbulência nacional com o golpe militar de 1964. Em seguida, serão analisados os modelos vividos pela Universidade e a sua expansão que tem início nos meados de 1980. Finalmente, analisamos a opção feita pela UFPA, nos últimos anos, que a tem caracterizado como uma instituição voltada, predominantemente, aos interesses do mercado.

Gênese da Universidade Federal do Pará

O ensino superior no estado do Pará teve seu início, em 1902, com a criação da Faculdade Livre de Direito. (Moreira, 1977). Em 1952, um projeto de lei visando a criação de uma universidade no estado do Pará foi apresentado à Câmara Federal, pelo deputado Epílogo de Campos. A justificativa era a necessidade de “despertar e dotar o homem amazônida de capacidade científica, tecnológica e artística”, num contexto da decadência do ciclo da borracha e início do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil

Somente em 2 de julho de 1957, o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sancionou a Lei nº. 3.191 que criou a Universidade do Pará. Essa universidade foi a 8ª instituição do gênero no Brasil. Seguiu, também, o modelo de organização das demais universidades brasileiras, sendo formada pela congregação das sete escolas superiores já existentes que adquiriram novas designações, passando a ser: Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará; Faculdade de Direito; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Farmácia; Faculdade de Odontologia; Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e Escola de Engenharia.

Com sede na cidade de Belém, a Universidade do Pará foi criada com o compromisso de desenvolver educação, ciência e tecnologia apropriadas ao contexto amazônico e com o objetivo de atender às expectativas de desenvolvimento regional e as necessidades do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil que demandava a formação de outras especialidades para além de profissionais liberais.

Para o trabalho inicial de implantação da Universidade, foi nomeado o seu primeiro reitor, Prof. Dr. Mário Braga Henriques. Após dezoito meses de sua posse, num ato simbólico, foi instalada, em janeiro de 1959, a Universidade do Pará, em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek.

Os cargos de dirigentes e de docentes da Universidade do Pará foram ocupados, inicialmente, por pessoas de famílias influentes na cidade e que, em sua maioria, estudaram nos grandes centros brasileiros e/ou na Europa e indicados pelo poder central.

A estrutura física da Universidade era composta por vários prédios em diferentes espaços geográficos, no centro da cidade. Sob a ideologia da ditadura militar, instalada no Brasil em 1964, foi iniciada uma Reforma Universitária inspirada nos Acordos MEC/USAID, no Plano Atcon e no Relatório Meira Mattos. Tal Reforma objetivava implantar o modelo de universidade norte americana no Brasil, cuja estrutura administrativa era baseada no modelo empresarial taylorista/fordista, voltado para obtenção do rendimento e eficiência, com ênfase na organização e na racionalização do espaço físico, da estrutura administrativa e dos serviços. Fazia parte dessa lógica, o afastamento da estrutura física das universidades dos espaços de decisão política que se localizavam nos centros das cidades.

Como resultado dessa política, foi iniciada em 1967 a construção do *Campus* às margens do rio Guamá, numa região periférica da cidade de Belém, então chamado Núcleo Pioneiro, hoje, Campus Universitário do Guamá.

Em 20 de agosto de 1965 foi sancionada a Lei 4.759 determinando que “ As Universidades e Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão denominação do respectivo Estado”. (Favero, 2000, p.101). Desta forma a então Universidade do Pará passou a denominar-se de Universidade Federal do Pará. A partir das Leis nº. 5.539, de

27 de novembro, e nº. 5.540, de 28 de novembro, ambas de 1968, a UFPA passou a organizar-se em Centros e Departamentos, e foram criados órgãos deliberativos para coordenar e supervisionar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse plano foi aprovado pelo Decreto nº. 65.880, de 16 de dezembro de 1969. Em 02 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, por meio da Portaria nº. 1307/70, sintonizado à reforma universitária que passara a vigor, em 1969.

De meados de 1976 a 1977, procedeu-se a uma revisão normativa, criando-se um novo Regimento, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer nº. 1854/77. O referido documento procurou adequar sua estrutura administrativa às reais necessidades operacionais, tais como a criação do Conselho Superior de Administração, da Pró-Reitoria de Administração Geral e da Coordenação dos Órgãos Suplementares. Novas revisão e atualização foram realizadas e um novo estatuto para a Universidade Federal do Pará foi aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da Portaria nº 452, de 30 de maio de 1978, sendo aprovada pelo Conselho Universitário a nova versão do Regimento Geral, no dia 11 de dezembro de 1978. Ambos os documentos normativos se encontram em vigor até os dias atuais, apesar de terem sido empreendidas inúmeras tentativas, pela comunidade universitária, para a elaboração de um novo Estatuto, como o Congresso Estatuinte, realizado em 1998⁸².

Seguindo as orientações do governo federal, que estimulava a implementação de Fundações, nas instituições federais de ensino superior, com vistas a “libertar as universidades das amarras da burocracia estatal” foi criada, em 1976, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Apesar de ter suas instalações físicas no *campus* universitário do Guamá, essa Fundação de direito privado não pertence à universidade, tendo como finalidade intermediar a captação de recursos públicos e privados para a instituição.

Na década de 1980 iniciou um lento e gradual processo de distensão política que culminou com a eleição direta de governadores para os diversos estados brasileiros. Esse processo repercutiu nos demais setores da vida brasileira, entre eles, as universidades, onde os vários segmentos fizeram pressão por uma maior participação na escolha de seus dirigentes.

Tal movimentação resultou, na UFPA, na adoção de uma consulta, no ano de 1984 para a composição da lista sêxtupla que deveria ser levada ao então ministro da Educação, para a escolha do futuro Reitor.⁸³ Desde então, a UFPA tem vivenciado diferentes formas de eleições para a escolha dos dirigentes (seja das unidades acadêmicas seja para os cargos de reitor e vice-reitor), que vão desde a definição pelo voto paritário ao voto universal. Esse processo foi parcialmente interrompido em 2001 quando a consulta para a escolha de reitor e vice-reitor obedeceu ao que estabelece a Lei nº 9192/95 e a LDB 9394/96 com a ponderação de 70% dos votos de docentes⁸⁴. Somente nas eleições para reitor e vice-reitor da UFPA realizada em 2005 é que a consulta à comunidade voltou a utilizar o voto paritário dos três segmentos da comunidade acadêmica na computação dos votos.

⁸² A comunidade acadêmica conseguiu elaborar uma nova proposta de Estatuto para a Universidade Federal do Pará, por meio de um processo democrático, com a participação de representantes dos três segmentos, que realizaram, no final do ano de 1998 e início de 1999, um Congresso Estatuinte. O novo Estatuto, no entanto, não obteve a aprovação do MEC e retornou ao Conselho Universitário, sendo retirado de pauta pelo reitor da época.

⁸³ Ressalte-se que o nomeado pelo Ministro da Educação foi o segundo colocado na consulta realizada.

⁸⁴ Na eleição de 2001 o reitor eleito não nomeou a vice-reitora eleita, mesmo essa tendo obtido a maioria dos votos, em uma eleição uninominal, de acordo com a legislação vigente. Esse foi um ato de arbitrariedade e de desrespeito para com a comunidade acadêmica.

A Universidade Federal do Pará é uma instituição pública federal de ensino e pesquisa, vinculada ao MEC, localizada numa região depositária de recursos naturais e culturais extremamente estratégicos para o desenvolvimento da economia e da sociedade mundial, neste novo século.

Essa realidade coloca a Universidade Federal do Pará diante de inúmeros desafios, porque cumpre um papel estratégico e decisivo para o desenvolvimento da Região Amazônica e do estado do Pará, numa conjuntura em que a política governamental tem subtraído, cada vez mais, os incentivos financeiros necessários para que a instituição seja capaz de desenvolver, por meio das suas funções de ensino, pesquisa e extensão, um projeto acadêmico à altura dos desafios postos pela sociedade amazônica e paraense, com competência científica e técnica.

Desde 1986, a UFPA expandiu sua área de atuação para o interior do estado, com a criação de *campi* universitários, localizados em cidades estratégicas das micro-regiões paraenses. Ressalte-se que é a única universidade federal da Região Amazônica que se estrutura em dez (10) *campi*, atingindo 115 municípios dos 143, o que representa o atendimento a 80% do estado do Pará, favorecendo o desenvolvimento de ações educativas e científicas em todos os níveis.

A estrutura didático-científica da UFPA é composta por : 11 Centros de Formação Acadêmica e Produção do Conhecimento; 06 Núcleos de Integração⁸⁵; 2 Hospitais Universitários; 1 Sistema de Incubadora de Empresas e 1 Centro de Capacitação, situados em Belém; 1 Sistema de Bibliotecas Universitárias composto por 32 Bibliotecas distribuídas nos diferentes *campi*. Toda essa estrutura está a serviço de 70 Cursos de Graduação no campus de Belém e 196 Cursos nos demais *campi*; 33 Cursos de Mestrado e 12 Cursos de Doutorado, atendendo 36.891 alunos na graduação e 1.394 na pós-graduação *stricto sensu*. (Relatório da Gestão 2005)

Pode-se afirmar que a configuração histórica da UFPA, seu perfil no contexto local e no campo científico-universitário encontra-se em fase inicial de construção, tornando-a vulnerável às determinações do governo federal e as demandas do mercado. Além desses fatores, é importante destacar que a posição geográfica estratégica da UFPA, localizada na região amazônica, depositária de variados recursos naturais e culturais, atrai com muita intensidade grupos empresariais nacionais e estrangeiros que buscam nessa região formas para obtenção de lucros cada vez maiores. Destaca-se ainda que, a UFPA às vésperas do seu cinquentenário é, atualmente, no quadro das IFES uma universidade marcada pelos seguintes fatores:

- a) consolidação do Modelo Multicampi;
- b) crescente oferta de cursos de graduação, apesar da redução constante do número de docentes e técnico-administrativos, impulsionado nos últimos anos pelo estabelecimento de contratos com prefeituras e governo do estado para oferta de cursos de formação de professores, o que ampliou o acesso aos cursos de graduação, mas, também, tem direcionado a identidade da universidade para a formação de profissionais em detrimento da produção científica;

⁸⁵ Os Centros são: Filosofia e Ciências Humanas; Ciências da Saúde; Tecnológico; Sócio-Econômico; Geociências; Letras e Artes; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e Naturais; Educação; Ciências Jurídicas e Agropecuário. Os 06 Núcleos são: Medicina Tropical; Altos Estudos Amazônicos; Meio Ambiente; Arte; Apoio ao Desenvolvimento Científico e Pedagógico Integrado, este último voltado para a Educação Básica com 2180 alunos em 2004.

- c) reduzida oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente de doutorado que, a despeito da implantação de cursos desse nível nos últimos anos, ainda é insuficiente para atender as necessidades locais e regionais;
- d) dificuldades em estabelecer políticas institucionais que estimulem os docentes doutores a se integrarem nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e à ampliação quantitativa e qualitativa da pesquisa, em que pese o crescimento acentuado de mestres e doutores na instituição nos últimos anos;⁸⁶
- e) acentuado crescimento dos cursos pagos de pós-graduação *lato-sensu*. A cobrança de mensalidades nos cursos de especialização, em algumas unidades, instalou-se naturalmente, especialmente naquelas mais próximas das atividades comerciais. A defesa pela cobrança desses cursos passou a ser justificada como forma de melhorar a infra-estrutura e complementar os baixos salários dos docentes;
- f) ampliação constante das atividades de extensão, especialmente na forma de prestação de serviços remunerados;
- g) utilização da Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa – FADESP para agilização da prestação de serviços remunerados com escassez de dados sobre as atividades da fundação e pouca transparência na prestação de contas dos recursos captados;
- h) crescimento do atendimento às múltiplas demandas locais e regionais, sobretudo por meio do estabelecimento de contratos, convênios, projetos e prestação de serviços com empresas estatais e empresas privadas, envolvendo grande quantia de recursos, destinados, na grande maioria, a dar condições de infra-estrutura necessária para a realização dos serviços e para pagamento de pessoal.

Para aonde está indo a UFPA?

A Universidade brasileira no seu todo, com algumas exceções, tem caminhado nas duas últimas décadas rumo a um processo interno de privatização. Esse fato se acentua no momento em que ocorre uma reforma no Estado brasileiro que coloca a educação como serviço não exclusivo do aparelho estatal. A ocorrência da reforma, enquanto uma adequação à crise do capital, segundo seus autores, exigia um forte ajuste fiscal com cortes, sobretudo no social.

A Universidade Federal do Pará não passou ao largo desse movimento, nem poderia, na medida em que os recursos orçamentários originários da União começaram a escassear grandemente e a necessidade de buscar complementação via captação de recursos próprios cresceu quase na mesma proporção das perdas orçamentárias. Tal política segue a lógica indicada pelos organismos internacionais (BM, 1994) de diversificação das fontes de financiamento e de mudança do papel que o governo deve desempenhar junto a essas instituições de educação superior. Essa mudança trouxe no seu bojo alterações substanciais nas

⁸⁶ Os docentes efetivos da instituição, no 1º semestre de 2005 são: 1861, sendo 746 mestres e 556 doutores. (Relatório da Gestão, 2005)

finalidades da instituição e no seu modo de operar junto à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, o que representa uma transformação no modelo de universidade que passa a predominar.

A UFPA nasceu e se desenvolveu num misto dos modelos napoleônico e humboldtiano. O primeiro estatuto da instituição (Dec. 42.427/57) já deixa clara essa combinação, quando descreve nas finalidades que a Universidade deve “manter e desenvolver o ensino”, “promover a pesquisa científica, filosófica, literária e artística”, “formar elementos habilitados para o exercício das profissões”.

Assim, a Universidade Federal do Pará segue tanto o modelo alemão, quando coloca a pesquisa como um elemento constitutivo de seus fins e dá destaque ao ensino, quanto o modelo napoleônico voltado para a formação especializada e profissionalizante. Esse hibridismo está presente na instituição e se diferencia em relação às áreas de saber, sendo o chamado núcleo duro (ciências exatas e naturais) que predominantemente esteve mais vinculado à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso pode ser evidenciado pelo aparecimento dos cursos de pós-graduação na instituição, conforme pode ser visto adiante.

No início da Universidade a ênfase foi dada à formação de profissionais, até mesmo porque na época de seu surgimento não havia, com exceção da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), outra instituição de ensino superior direcionada para tal fim.

O surgimento da pesquisa na UFPA se relaciona não só com as demandas mais prementes da sociedade, como com a capacidade instalada, corpo docente qualificado, laboratórios, cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o que na prática representam as condições objetivas para a realização dessa atividade de investigação que deve ser inerente à Universidade.

No caso da UFPA, o surgimento do 1º curso de pós-graduação *stricto sensu*, vinculado ao Centro de Geociências, guarda uma estreita relação entre as demandas do setor produtivo que se colocavam naquele momento histórico, caracterizado pela descoberta das reservas minerais de Carajás. Assim, é que a ida de professores para qualificação fora do estado e do país, bem como a criação do Mestrado em Geociências, evidenciam o vínculo existente entre esse fatos.

Na atualidade, observa-se um novo movimento aproximando essas demandas com a criação de cursos de graduação no interior do Estado, como é o caso de curso de Engenharia de Minas, no *campus* de Marabá, surgido a partir de uma solicitação da empresa Vale do Rio Doce, e por meio de convênio entre a UFPA e aquela empresa, assumindo explicitamente um caráter de privatização das finalidades da universidade, no caso do ensino de Graduação.

A UFPA, que já surge cerca de trinta anos após a constituição da primeira universidade brasileira, tem o primeiro curso de mestrado implantado apenas em 1973⁸⁷, dezesseis anos após sua criação. Esse fato vai fazer diferença em termos tanto de corpo docente qualificado, quanto de pesquisas realizadas, reforçando o modelo profissional que se intensifica na década de 1980 com a expansão que se deu para o interior do estado de cursos de licenciatura.

⁸⁷ O primeiro curso de mestrado implantado foi o de Geociências/Geologia e Geoquímica, na ordem vieram , Direito (1983); Engenharia Elétrica (1984); Psicologia, Letras/ Linguística, Química (1987); Engenharia Química (1992); Geologia/Geofísica (1992); Engenharia Mecânica e Antropologia e Multidisciplinar [Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido] (1994); Medicina/Doenças Tropicais (1994); Zoologia (1996); Zootecnia e Sociologia (1999); Oceanografia Biológica e Agronomia (2000) ; Genética e Biologia Molecular, Engenharia Civil (2001); Ensino de Ciências e Matemática (2002); Serviço Social, Física e Educação (2003); Matemática/Probabilidade Estatística , Ciência de Alimentos, Ciências Biológicas, Parasitologia, Geografia, História (2004); Fonte (UFPA, 2005)

A necessidade de expansão das ações da UFPA está relacionada com um conjunto de condições que se fazem ainda presentes na realidade amazônica dentre essas: o imenso espaço demográfico e a fraca presença do estado na vida da população da região, em especial a qualificação de professores em nível superior. O pouco que havia era resultado da presença das universidades das regiões sul e sudeste, com seus *campi* avançados, da experiência extensionista do Projeto Rondon e da oferta de cursos de licenciatura em sua maioria de curta duração em municípios como Santarém, Bragança, Castanhal e nos então territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, a partir de iniciativas levadas em frente pelo Centro de Educação dessa Universidade..

Um marco na política institucional foi o Projeto de Interiorização da UFPA, formulado em 1985 e que instituiu os cursos de graduação intervalares⁸⁸, os quais pertenciam, exclusivamente, à área das licenciaturas. Desse modo, é correto afirmarmos que se tratou inicialmente de um amplo programa para qualificar professores para o ensino fundamental e médio. O corpo docente desses cursos era o mesmo da capital e inúmeras dificuldades de natureza financeira, infra-estrutura e mesmo do ponto de vista dos recursos humanos marcaram esse momento, o que contribuiu para que as ações então empreendidas sofressem descontinuidade. Essa característica, enquanto uma política institucional, se mantém na atualidade.

De acordo com o projeto, foram criados oito *campi* universitários nos chamados municípios-sede, os quais serviriam como pólos regionais de atuação da UFPA⁸⁹. O projeto previa ainda a possibilidade de criação de unidades universitárias de apoio em outros municípios, podendo vir a se transformarem em pólos regionais. Há muita polêmica e controvérsia quanto aos critérios para a localização, número dos *campi* e dos cursos a serem criados. Porém, os *campi* de Altamira, Marabá e Santarém foram beneficiados pela existência das bases físicas oriundas do Projeto Rondon e que foram incorporados à UFPA. Em alguns municípios como Santarém, Castanhal Bragança e Marabá já havia sido criada uma expectativa em relação ao oferecimento de cursos de nível superior, os quais foram ofertados pelo programa desenvolvido pelo Centro de Educação na década de 1970, ou, no caso de Marabá, por uma universidade do sudeste, a Universidade de São Paulo. Não havia, portanto, como retroceder o processo, em termos de uma política social.

Além dos cursos de licenciatura foi previsto um subprojeto – o de Extensão – que pretendia ser “o ponto de partida para a formulação de projetos de pesquisa e o estabelecimento de currículos e programas adaptados à realidade da Região”. Os cursos seriam viabilizados ao longo do ano letivo, dependendo do interesse da comunidade. As unidades responsáveis por esses cursos em sua maioria não estavam incluídas no Subprojeto Ensino, como os Centros Tecnológico, Ciências da Saúde, Ciências Jurídicas, Geociências e o Serviço de Atividades Musicais.

Mesmo sem o aporte necessário para uma proposta expansionista, a universidade consegue se expandir no interior do estado do Pará, sem exigir grandes investimentos por parte do governo federal. A ajuda das Prefeituras e do Governo do Estado foram fundamentais nessa etapa, quer cedendo funcionários técnico-administrativos para trabalharem nas secretarias dos *campi*, quer pagando o alojamento e a alimentação dos professores que se deslocavam para ministrar aulas.

⁸⁸ Cursos que ocorrem nos meses de recesso escolar.

⁸⁹ Os *campi* criados foram Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure. A partir da década de 1990 o núcleo de Breves, que inicialmente fazia parte do *campus* de Soure, se transforma em *campus*.

A Universidade e a autonomia

A Universidade brasileira, desde os seus primórdios, traz nas suas intenções, presente nos Estatutos e Regimentos, o caráter de ser uma instituição autônoma. Esse aspecto é reforçado pela Constituição Federal de 1988 que no Art. 207, destaca que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Essa é uma questão polêmica, mas que de certa forma vinha sendo respeitada até a década de 1990.

Schugurensky (2003), analisando a universidade canadense, chama a atenção para alguns aspectos que não se diferenciam muito da realidade brasileira. Esse autor destaca que a emergência do Estado neoliberal e da globalização tem colocado em xeque o papel da universidade. Setores da sociedade, sobretudo os empresários e os governos têm acusado essa instituição de ser pouco competitiva, de gastar muitos recursos públicos sem o devido retorno, contribuindo pouco por meio das atividades de docência e investigação para promover uma economia de mercado. E mais, seguindo a lógica que esse autor apresenta:

a participação no sistema, outrora considerada como um direito social inalienável é interpretada como um privilégio individual e os objetivos de autonomia institucional, crítica social e desenvolvimento cultural são percebidos como obsoletos redutos de interesses particulares. Ao mesmo tempo, o estado de bem estar, que financiava a universidade em função de sua matrícula, se converteu em um estado avaliador e regulador que condiciona recursos a obtenção de resultados. (2003, p.02) (tradução nossa)

A UFPA parece não fugir pelas suas ações do que vem ocorrendo no cenário da educação superior pública brasileira: falta de verbas, captação de recursos junto a empresas por meio de convênios, pesquisas voltadas ao atendimento das demandas empresariais, implantação de cursos direcionados aos interesses do mercado e outras ações que podem contribuir para a perda de autonomia. A Universidade apresenta um quadro que pode ser caracterizado, seguindo a classificação de Sguissard (2004) de neohumboltiana e neoprofissional, mantendo assim o hibridismo que a identifica desde os anos de fundação e de outro lado como uma instituição heterônoma e competitiva.

A heteronomia começa a tomar lugar na UFPA. Heteronomia entendida, segundo Schugurensky, como o fato de serem as agências externas cada vez mais e menos o governo que definem a missão, a agenda e os produtos das universidades. Os convênios firmados com as empresas⁹⁰ com a intermediação da Fundação de Apoio (FADESP), a criação de uma Associação dos Amigos da Universidade são algumas das evidências da interferência externa nos fins da Universidade, alterando inclusive a relação público-privado.

A Associação dos Amigos da UFPA pode “Programar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultural, Artística e de Desenvolvimento Institucional Científico e Tecnológico da Associação e executá-las, tomando, para essa finalidade, todas as medidas necessárias”. (art.20). Essas formas de operar, que a

⁹⁰ À guisa de exemplo citamos os seguintes contratos firmados com a UFPA: 1. Extracta (empresa nacional privada) para produção de compostos primários a partir de material botânico, visando a execução de testes biológicos pela Extracta, buscando alvos biologicamente ativos para possível produção de medicamentos. A empresa se responsabiliza pela construção, instalação e operação de uma Central de compostos primários. A UFPA terá o direito à co-titularidade das patentes, assim como 15% no retorno financeiro sobre a Propriedade Industrial. 2. Eletronorte (empresa estatal) para prestação de serviços de pesquisa de interesse da empresa. A UFPA fornecerá a infra-estrutura e os recursos humanos necessários. Os resultados serão de propriedade da Eletronorte. 3. ERICSON (empresa privada) para o desenvolvimento de modelos, algoritmos e programas computacionais para o estudo do canal de propagação de sistemas móveis próprios para a região. A UFPA disponibilizará as instalações, laboratórios, recursos materiais necessários, pessoal docente, técnicos. Todo o material e equipamentos serão utilizados exclusivamente para essa pesquisa. Os resultados obtidos são de propriedade exclusiva da ERICSON, mesmo a divulgação dependerá de autorização da empresa. (CHAVES, 2005),

UFPA vem adotando, representam a perda quase total da autonomia didático-científica tão cara e necessária à produção de conhecimento. A Associação dos Amigos e a Fundação de Apoio se constituem em ferramentas poderosas para a consolidação do processo de privatização e o aprofundamento do modelo heterônomo que a Universidade vem privilegiando.

A Universidade *multicampi* como marca

Ao final dos anos de 1990 se inicia uma nova fase no processo expansionista da UFPA. A edição pelo MEC da Portaria 752/1997 que procura “adequar os procedimentos de autorização e implantação de cursos fora da sede por universidades [...]”, deixa claro que há necessidade de uma plena integração acadêmica e administrativa dos campi com a instituição- sede, para que os primeiros existam. E mais, no encaminhamento ao Ministério da Educação para a criação de cursos fora da sede a Universidade proponente deve descrever os cursos, os programas de extensão e pesquisa existentes; o número de mestres e doutores; o número de docentes em tempo integral; o estágio de desenvolvimento que se encontra a proposta de alteração do estatuto, tudo isso visando garantir a unidade e a organicidade da Universidade.

Pode-se dizer que é a partir de então, que verdadeiramente a UFPA passa a ser uma universidade *multicampi*⁹¹, sem esquecer a fase anterior (década de 1970 e final da década de 1980) entendendo-se como tal a existência: (1) de uma unidade central (sede) mais complexa e de diferentes unidades de menor porte, localizadas no interior do estado; (2) da descentralização administrativa e pedagógica de cada campus.

Em novembro de 2002 a administração da UFPA divulga o Plano de Desenvolvimento- 2001-2010, no qual é explicitado que a partir de análises e diagnósticos locais, regionais e mundiais a UFPA estabeleceu “7 principais eixos estruturantes⁹² do [...] Plano Estratégico e que, de forma transversal, deverão orientar as principais linha de atuação do Plano de Gestão”. (UFPA, 2003, p.69). O primeiro eixo denomina-se Universidade Multicampi , que apresenta como meta “definir e implantar um modelo de Universidade Multicampi”. As estratégias propostas são “promover a melhoria e modernização da gestão acadêmica e administrativa e da infra-estrutura dos campi; estabelecer novas relações institucionais entre os campi; instituir um novo arcabouço legal institucional, que defina e regule a Universidade Multicampi. (idem, p.75). Algumas características do Modelo de Universidade Multicampi proposto pelo PDI 2001-2010 são:

1. Parcerias entre empresas privadas e Universidades para ofertas de cursos;
2. Ofertas de cursos em regiões estratégicas do Estado do Pará;
3. A busca do fortalecimento dentre os *campi* através do fórum de coordenação, fórum de integração entre os campi;
4. Professores itinerantes para suprir a necessidade de professores;
5. Oferta de cursos relacionados com o atual modelo econômico e industrial.

Essa nova fase da Universidade multicampi é descrita como a superação do antigo Programa de Interiorização, cuja marca é de cursos de licenciatura para formação de docentes, passando para “a formação

⁹¹ O Plano de Ação, datado de 1991 trazia a idéia de uma Universidade multicampi enquanto uma instituição constituída por uma unidade central, mais complexa e por diversas unidades de menor porte, localizadas no interior do Estado. Essa compreensão de Universidade multicampi foi depois traduzida no II Plano Norte de Interiorização que abrangia o período de 1994 a 1997.

⁹² Os eixos estruturantes são: Universidade Multicampi; Integração com a Sociedade; Reestruturação do Modelo de Ensino; Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico; Valorização dos Recursos Humanos; Ambiente Adequado; Modernização da Gestão.

técnico-acadêmica de profissionais para responder aos desafios propostos pelo desenvolvimento das regiões nas quais eles estão inseridos”.⁹³ (Relatório de Gestão, 2005).

Não se percebe, pelas metas e estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional, que vá surgir um “novo modelo de universidade multicampi”. O que se nota é que o modelo existente, desde 1986, está sendo cada vez mais adequado ao mercado, reforçando a idéia de heteronomia. A UFPA continuará como multicampi no sentido que já foi explicitado em outra parte do texto: uma unidade central (*campus* de Belém) e por outras unidades situadas no interior do estado, interligadas entre si, desenvolvendo cursos de licenciatura e bacharelado, e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, configurando um todo orgânico orientado pelas mesmas diretrizes e normas que regem a instituição. Essa é a marca que hoje identifica a UFPA, além do aprofundamento da heteronomia e da privatização gradual que vem ocorrendo em seu interior.

Conclusão

O modelo pelo qual a Universidade Federal do Pará parece ter feito opção, via administração superior, o qual foi analisado ao longo deste texto, pelas suas características, vai ao encontro da lógica que hoje preside a educação superior no Brasil, isto é privatista e mercantilista. Esse fato nos leva a temer pela possibilidade da UFPA não poder ofertar para as próximas gerações, um ensino público, gratuito e de qualidade social, que atenda às demandas do estado e do país, em consonância com as questões globais e que esteja voltada, sobretudo para os interesses sociais.

Há de se destacar o crescimento que a Universidade teve ao longo de sua existência quase cinquentenária. Os dados são significativos, em relação ao número de cursos de graduação, da qualificação docente em nível de mestrado e doutorado, aos cursos de pós-graduação, aos grupos de pesquisa, ao número de publicações, a ampliação da infra-estrutura, a expansão para o interior do estado. Contudo, essa expansão veio junto com a privatização e a mercantilização da educação, a partir, sobretudo, do momento em que o Estado brasileiro abraça o neoliberalismo como doutrina econômica.

A falta de recursos e as políticas públicas para a educação têm forçado a UFPA a definir sua direção e os seus interesses pelos do mercado e do campo empresarial, tendo na FADESP, como uma fundação privada, a ferramenta necessária à operacionalização dessas ações.

Algumas conseqüências dessa opção por um modelo heterônomo e competitivo podem ser elencadas: 1. o individualismo e a competitividade entre os professores-pesquisadores foram fortalecidos; 2. a pesquisa passou a ser realizada para atender às demandas do mercado e a universidade se eximindo da responsabilidade de definir suas linhas de pesquisa e de corresponder aos anseios sociais; 3. a política de atuação institucional passou a ser de cunho privado, com a formação de grupos de consultoria técnico-científica e os projetos passaram a se articular com o setor privado.; 4 A instituição de produtora do conhecimento transformou-se em prestadora de serviços. (Chaves, 2005).

⁹³ Foram criados os cursos de Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia de Materiais e Geologia no *campus* de Marabá, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce; No *campus* de Bragança foi criado o Curso de Engenharia de Pesca; e, no município de Tucuruí (que ainda não tem um *campus*) foram criados os cursos de Engenharia Elétrica e Civil, estando prevista a criação do curso de Engenharia Mecânica. No *campus* de Santarém foi criado o curso de Física Ambiental. O curso de Agronomia funciona nos *campi* de Altamira e Marabá, neste último e no *campus* de Santarém foi implantado o curso de Direito.

Contudo, apesar das políticas governamentais restritivas em relação à expansão e financiamento das instituições federais de ensino superior, da política empreendida por algumas das gestões da UFPA, assim como pelo impedimento de abertura e reposição e de vagas para o quadro de pessoal, a Universidade Federal do Pará vem construindo o seu espaço na Amazônia, buscando tornar-se referência também em nível nacional e internacional, e é por um modelo de Universidade pública, gratuita, laica e com qualidade socialmente referenciada que de uma forma organizada a comunidade acadêmica e o movimento docente continuam lutando e resistindo a sua privatização e mercantilização.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA UFPA. *Estatuto*. Disponível em www.amigosdaufpa.org.br/sobre_a_associacao/sobre_a_associacao.php. Acesso em jan.2005

BANCO MUNDIAL. (1994) *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington. D.C.

BRASIL. Decreto. 42.427 de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. *Diário Oficial* de 12 de outubro de 1957.

BRASIL. (1988) CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CF88/CF88_Ind.html. Acesso nov 2005.

BRASIL. (1968). Lei 5.539 de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei número 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providências. *Diário Oficial* da União de 29 . 11.1968.

BRASIL. (1968) Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial* da União de 03.12.1968.

BRASIL. (1978). Portaria nº. 452 de 30 de maio de 1978. Aprova a nova redação do Estatuto da Universidade Federal do Pará. *Diário Oficial* da União de 02.06. de 1978.

BRASIL/PR. (1996). Lei 9.394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial* da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nl. 248, 23/12/1996, pp. 27833-27841.

BRASIL. (1995). Lei 9.192 de de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. *Diário Oficial* da União de 22 .12.1995.

CAMARGO, A. M.M. (1997). *A Universidade na Região Amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação da Universidade Federal do Pará.

CHAVES, V.L.J. (2005) *As Feições da Privatização do Público na Educação Superior Brasileira: O Caso da UFPA*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

FÁVERO, M.L.de A. (2000) *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep.

MOREIRA, E. (1977). *Para a História da Universidade Federal do Pará : Panorama do Primeiro Decênio*. Belém. Pa: Grafisa.

SCHUGURENSKY, D. (2005) *Autonomía, heteronomía, y los dilemas de la educación superior en la transición al siglo 21*. Disponível em http://www.untref.edu.ar/au_het.htm, Acesso em jun de 2005

SGUISSARDI, V. A (2004). Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In MANCEBO, D. FÁVERO M.L.A. (orgs) *Universidade. Políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez Editora.

UFPA.(1985). *Projeto de Interiorização da UFPA – 1986 a 1989*. Belém, Pa.

UFPA.(2003) *Plano de Desenvolvimento*. 2001-2010. Belém, Pa: EDUFPA.

UFPA (2005). *Relatório da Gestão 2001-2005*. Belém: Pa : Editora da UFPA.